



## **EDUCAÇÃO, DIREITO À VIDA E AS PANDEMIAS DA CONTEMPORANEIDADE.**

Fabrcio de Sousa Sampaio <sup>1</sup>  
Ivaldinete de Araujo Delmiro Gemes <sup>2</sup>

### **RESUMO**

A discussão e o atual retorno das atividades letivas, fundamente nas escolas e Universidades pblicas, em um contexto de taxas altas de mortalidade no Brasil devido à pandemia da Covid-19 precisa ser questionada para além do falso dilema déficit formativo e proteção social. Este retorno pode ser compreendido a partir de uma interpretação crítica acerca do tipo de sociedade e educação disseminados no Brasil e no mundo. Esta pesquisa bibliográfica busca analisar criticamente o contexto sociocultural brasileiro recente que privilegia o retorno às atividades letivas em meio às altas taxas de proliferação e mortandade devido à atual pandemia. Sugerimos identificar a normalização deste retorno agenciada, dentre outros fatores, pela confluência da retórica neoliberal de verniz necropolítico e da retórica nazifascista e negacionista que, além de consideradas vidas não importantes, distorce e aniquila os consensos científicos sobre a pandemia da covid-19.

**Palavras-chave:** Pandemia, Retórica neoliberal, Necropolítica, Negacionismo, Fascismo.

### **INTRODUÇÃO**

Em um recente panorama sobre o retorno das atividades educacionais no Brasil elaborado pela Federação Nacional de Escolas Particulares - FENEP<sup>3</sup>, os estados de Amazonas, Maranhão, Pará, Ceará e São Paulo já autorizaram o retorno, assim como os estados de Mato Grosso, Piauí, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, possuem data proposta para retornar. De acordo com a Fiocruz, o retorno das aulas pode contaminar mais de nove milhões de

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais- UFRN. Professor EBTT de Sociologia do Instituto Federal do Maranhão- Campus Araiozes, [fabricao.sampaio@ifma.edu.br](mailto:fabricao.sampaio@ifma.edu.br) .

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN, [ivaldinetedelmiro@gmail.com](mailto:ivaldinetedelmiro@gmail.com);

<sup>3</sup> <https://www.fenep.org.br/single-de-noticia/nid/atualizacao-diaria-mapa-de-retorno-das-atividades-educacionais-presenciais-no-brasil/> . Acesso em 01 out.2020.



brasileiros do chamado grupo de risco<sup>4</sup>. E, por último, na capital do estado de Amazonas, a cidade Manaus teve um terço dos 1.064 professore(a)s testando positivo para a covid-19, com menos de duas semanas depois do retorno das atividades letivas. Sendo um dos estados que vivenciou primeiramente o colapso do sistema de saúde, a prerrogativa de reabrir escolas fundada na queda de casos da doença foi contestada por Jersem Orellana, da Fiocruz, que afirmou o crescimento de 73% na semana anterior à de reabertura. Mesmo diante dessa situação, Manaus não serviu de exemplo para que estados brasileiros continuem construindo e seguindo planos para retornar às aulas<sup>5</sup>.

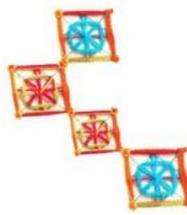
Por que os estados e municípios estão empenhados em retornar às aulas presenciais? Poderíamos entender a coerção de grandes conglomerados do ensino privado no Brasil e no mundo em exigir este retorno presencial. Mas, e quando este retorno é defendido, mesmo em estados cujo índice de mortalidade permanece alto ou nem arrefeceu, o que podemos identificar como fatores de insurgência dessa necropolítica na escola? E, além disso, até que ponto, a retórica do retorno presencial, que está alicerçada no discurso da evasão escolar, déficit de aprendizagem e saúde mental do(a)s estudantes, não constitui elementos discursivos desta necropolítica? Que pandemias temos no Brasil e no mundo que contaminou o discurso de proteção do direito à vida das crianças, jovens e idosos em favor de uma retórica neoliberal da formação?

Este artigo, resultante de uma pesquisa bibliográfica, objetiva analisar o contexto sociocultural brasileiro em relação aos discursos recentes de apologia ao retorno das atividades letivas em meio ao não arrefecimento da pandemia da covid-19. Inicialmente discutiremos o caráter neoliberal e necropolítico da educação contemporânea. E, sem seguida, identificamos os principais fatores sociais que sustentam o retorno das atividades letivas ressaltam a retórica empresarial como um dos principais elementos de sustentação discursiva ao se utilizar da citação de problemas históricos da educação brasileira tais como a evasão escolar e o baixo desempenho acadêmico das classes trabalhadoras pobres.

---

<sup>4</sup> <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/o-que-o-caso-de-manaus-diz-sobre-a-volta-as-aulas-no-brasil/>. Acesso 01 out, 2020.

<sup>5</sup> <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/o-que-o-caso-de-manaus-diz-sobre-a-volta-as-aulas-no-brasil/> . Acesso 01 out.2020.



## **METODOLOGIA**

Este artigo vislumbra uma pesquisa bibliográfica que objetivou analisar o processo neoliberal e necropolítico de retorno às atividades letivas em meio à disseminação e mortandade devido à pandemia da Covid-19. Analisamos criticamente a retórica de retorno a partir de recentes interpretações do fenômeno do retorno na sociedade brasileira via artigos científicos, de opinião e entrevistas concedidas por pesquisadore(a)s que buscam entender e refletir sobre essa questão social.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Desde o início do primeiro caso oficial de Covid-19 registrado no Brasil<sup>6</sup>, os discursos científicos sobre a pandemia disputam com o negacionismo, o anticientificismo e com visíveis discursos nazifascistas que marcam a atualidade social brasileira. Tais discursos não apenas dificultaram a materialização das políticas mundiais adotadas para barrar o avanço da doença, chanceladas pela Organização Mundial de Saúde, tais como o isolamento social total ou parcial, quarentenas e fechamento das atividades sociais, assim como estão sustentando, de alguma maneira, o retorno às atividades letivas presenciais em todos os estados e municípios do país.

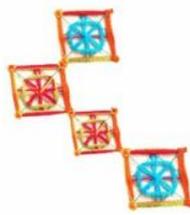
Este cenário discursivo, notadamente maximizado pela retórica neoliberal, que balizou a construção do falso dilema economia x vida social também possui poder coercitivo e de convencimento na construção de outros falsos dilemas que estão sendo acionados para fazer uma apologia ao retorno às aulas sem a vacinação: retorno às aulas presenciais ou a amargura das consequências educacionais

O retorno às atividades letivas está sendo discutido em todos os países do mundo. Alguns países que controlaram a curva de contaminação já ensaiam o retorno e outros preferem planejar com cautela, embora não possuam os índices de contaminação e mortalidade que possui o Brasil:

Países como a China - que teve sucesso no controle da pandemia em um curto espaço de tempo - têm retardado a volta às aulas presenciais, por conta de novos casos de infectados. Outros, como França e Coreia do Sul, reabriram suas escolas, mas dezenas delas tiveram de ser fechadas novamente, por conta do surgimento de novos casos. O Reino Unido - que se mantém na quinta colocação em número de mortos por Covid-19, com mais de 40 mil óbitos - abriu as escolas infantis com um rigoroso

---

<sup>6</sup> Um homem de 61 anos, no dia 26 de fevereiro de 2020 em São Paulo, de acordo com as informações coletadas no site oficial do Ministério da Saúde.



sistema sanitário. Essas ações foram integradas com um alto número de testagens nas pessoas e uma quarentena efetivamente cumprida pela população, além de investimentos maciços nos sistemas de saúde. Mesmo assim, muitos pais não enviaram seus(uas) filhos(as) à escola, por não terem a confiança necessária (DIEESE, 2020, p.8).

No Brasil, o alcance da marca de 144.103 mortes e da média móvel de mortes nos últimos 7 dias de 689<sup>7</sup>, não parece impedir representantes políticos de continuar construindo e executando seus planos de retorno às aulas, principalmente se levarmos em consideração a precária situação geral das estruturas físicas das escolas públicas brasileiras. Assim como não impede os aparelhos midiáticos de massa alavancar inúmeros discursos apologéticos desse retorno presencial seja de especialistas do campo empresarial ou de representantes políticos. Neste cenário, o retorno “[...] coloca não apenas o risco de aumento da contaminação, mas expõe, também, a falta de condições de milhões de famílias para fazerem o remanejamento do cuidado de seus(uas) filhos(as)” (DIEESE, 2020, p.12).

Podemos relacionar a pressão pelo retorno às atividades letivas neste cenário nefasto devido a dois grandes fatores sociais interrelacionados. O segundo fator se relaciona à abertura das atividades econômicas ocorridas em quase todo país. A escola pública e privada não apenas exercem o papel formador e socializador das culturas em particular, mas também representam espaços de socialização e, em muitas situações no caso das públicas, de confinamento de crianças e jovens para que a classe trabalhadora consiga exercer suas atividades ocupacionais. Esta pressão é exercida principalmente pelo empresariado que lucra com o setor educacional e constitui, de certa maneira, o principal agente influenciador e produtor de políticas educacionais no país tanto através de organismos nacionalmente referidos – Todos pela Educação e Instituto Lemann – quanto por recomendações mundias através de organismos internacionais como Banco Mundial e UNESCO, por exemplo.

O primeiro fator se refere ao neoliberalismo, ou melhor, a configuração hegemônica neoliberal de educação, de formação e de processos de subjetivação que imperam na sociedade brasileira, notadamente a partir dos anos 1990, que, podemos sugerir nos tempos de pandemia, vem demonstrando sua dimensão necropolítica.

---

<sup>7</sup> <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/01/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-1-de-outubro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml> . Acesso em 01 out. 2020.



O neoliberalismo se tornou o eixo racional contemporâneo de proliferação do capital pelo mundo. É uma ideologia, uma política econômica e principalmente um sistema normativo que engendra o capital em todas as dimensões da vida e das relações sociais entre os seres humanos. Neste processo de disseminação e materialização normativa, o neoliberalismo destrói as instituições, os direitos, as regras sociais e produz subjetividades, formas de vida e tipos específicos de relações sociais (DARDOT; LAVAL, 2016).

A normalidade neoliberal é destrutiva. Quando ela impera, intensifica-se o racismo, a eugenia social, a xenofobia, a homofobia, o sexismo, a opressão de gênero, a destruição ambiental, o culto à ignorância e o desprezo à ciência que se desenvolvem a partir de um contexto social favorável localizado na crise de 1968-1973, e principalmente em 2008-2009. Neste escopo, tudo ou quase tudo, precisa atender ou impulsionar a valorização do capital e, por consequência, o enriquecimento das classes dominantes e proprietárias (ANTUNES, 2020).

O neoliberalismo, marcado pela desigualdade social e dominado pelo capital financeiro, sujeita todas as áreas sociais, especialmente a educação, a saúde e a segurança social ao modelo do negócio capitalista. Estas áreas se transformam em alvos de investimento privado e modos de geração e maximização de lucro (SANTOS, 2020). Para legitimar esta sujeição, e suas políticas de cortes e austeridade, o neoliberalismo utiliza o dispositivo de crise permanente como mecanismo de explicação para os cortes e a degradação dos salários. Na verdade, esta crise objetiva “[...] legitimar a escandalosa concentração de riqueza e boicotar medidas eficazes para impedir a iminente catástrofe ecológica” (SANTOS, 2020, p. 5-6). O autofortalecimento e a radicalização neoliberais são causados por uma lógica antidemocrática em que o direito privado está isento de qualquer controle ou deliberação (DARDOT; LAVAL, 2016, p.8).

O neoliberalismo é uma racionalidade e um modo de governar que estrutura a ação de governantes e governados instituindo a competição generalizada como norma de conduta, a empresa como moldes para subjetivação e o mercado como norma estatal e subjetiva (DARDOT; LAVAL, 2016).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Sendo o sujeito neoliberal um competidor e que se governa tal como uma empresa, que é considerada como espaço para realização pessoal e dos desejos materiais,



sucesso e prosperidade (DARDOT; LAVAL, 2016), torna-se aceitável entender a derrocada da solidariedade social, já todos são “empresas de si”, competindo entre si, sem a proteção social do Estado ou de qualquer apoio social. Assim como, torna-se compreensível os ataques as políticas de cotas raciais, os programas Bolsa Família e qualquer intervenção do Estado que objetive contemplação de direitos às populações vulnerabilizadas historicamente. Tais programas e políticas, são consideradas a partir desse ideário neoliberal, maximizado pela retórica nazifascista, como fomentadores de “vagabundos”, “delinquentes” e “preguiçosos”.

A educação neoliberal, inclusive a pública, pensada como empresa e não como instituição pública de contemplação de um direito, neste sentido, não pode parar. O retorno às aulas presenciais, já que o ensino remoto demandaria a materialização de condições difíceis de serem distribuídas para as classes trabalhadoras e demandaria em prejuízos para os empresários da rede privada de ensino básico e superior, é retoricamente acionado como alternativa viável para que os indivíduos, ou melhor, os “empresários de si mesmos” não tenham nenhum prejuízo nesse processo de acumular valor [ lê-se competências e habilidades] para adentrar na competição generalizada que é a sociedade em si.

Neste cenário de competição, discursos como o darwinismo social e a eugenia tornam-se, inclusive, justificativas para barrar os resquícios de sentimento solidário que possa emergir em tempos de pandemia, por exemplo. Os performativos eugênicos do tipo “morre quem é fraco” ou “vai morrer quem já tinha que morrer mesmo” são acionados para naturalizar o caráter necropolítico dessa governamentalidade neoliberal e, atualmente, funciona para justificar as possíveis contaminação e mortalidade com as futuras aberturas do ensino presencial em todo o país. Neste escopo, discursos neoliberais se articulam com discursos eugênicos e necropolíticos que podemos localizar nas políticas fascistas.

Achille Mbembe (2017) em seu artigo *Necropolítica* tenta analisar sobre que condições o direito de matar, deixar viver ou expor à morte é praticado. A necropolítica articula a desumanização e inferiorização de determinados sujeitos legitimando suas mortes biológicas (MIRANDA, 2020). Este conceito do século XXI se refere a um fenômeno social que não é novo e está estritamente ligado ao capitalismo no sentido de que seria questionável a possibilidade de um capitalismo não necropolítico (MIRANDA,



2020). Neste sentido, o neoliberalismo, como norma contemporânea do capitalismo, é estruturada de maneira necropolítica não apenas por destruir as funções de contemplação de direitos do Estado, mas fundamentalmente na proliferação de subjetividades “empresas de si mesmos” indiferentes com a vida de corpos considerados inferiores, fracos ou não-humanos, cujas vidas não importam para o deus-mercado.

O retorno às aulas presenciais parece ser compreendido se pensarmos na conjunção desses fatores relacionados: a educação e subjetivação neoliberal necropolítica que vem destruindo os princípios de solidariedade e empatia social, assim como a função estatal de diminuir a precariedade dos sujeitos e grupos sociais historicamente vulnerabilizados no Brasil.

Como norma destrutiva de direitos, principalmente de sujeitos “sem valor agregado” seja por causa de sua formação escolar deficitária, induzida politicamente, seja por suas “supostas” deficiências morais e sociais, o neoliberalismo parece construir uma afinidade social propícia de recebimento das retóricas fascistas. O direito à educação, transformado como busca por “valor agregável” ao sujeito competidor é disseminado como superior ao direito à vida, principalmente de corpos deficientes, fracos, inferiores ou semi-humanos. Em tempos pandêmicos, o verniz empreendedor de formação e educação parece inundar ou fazer emergir sua capilaridade necropolítica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pandemia atual da covid-19 apenas maximizou outras pandemias brasileiras que existiam antes desta. O desemprego, o racismo, a violência de gênero, a lgbtfobia, os genocídios negro e indígenas e a falta de solidariedade constituem pandemias localizadas no país e que se proliferam nos estados e municípios ao longo da história do país. Em resumo, podemos relacionar à banalização do risco de mortes pela Covid-19 e as políticas institucionais no tocante ao retorno às atividades presenciais trabalhistas e escolares, a uma conjunção política neoliberal necropolítica que se articula à recente disseminação do negacionismo em relação aos riscos e à mortalidade da doença aliada ao pânico gerado pela não assistência financeira do Estado em prover condições mínimas de sobrevivência social e material.

O neoliberalismo necropolítico aliado a políticas fascistas demarcam as principais pandemias da contemporaneidade brasileira e mundial que precisam ser



arrefecidos. O retorno às aulas presenciais, como mecanismo de coerção empresarial para continuar os acúmulos exorbitantes do capital, precisa ser desconstruído tanto no seu caráter necropolítico e fascista quanto no seu mecanismo de articular determinados problemas educacionais para convencer ideologicamente, tais como a evasão escolar, o baixo desempenho acadêmico e a desordem social.

Uma última questão para análise: antes da pandemia, em contextos de neoliberalismo necropolítico não-covid 19, não existia evasão escolar, desigualdades de desempenho, sofrimentos psíquicos na escola, desemprego e outros? É imperioso desconstruir esse “passado mítico” escolar para que o retorno às aulas presenciais não aniquile o direito à vida de determinados corpos, que geralmente não importam ao mercado, e não transforme os intervalos escolares em celebrações de lutos permanente.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: O Trabalho Sob Fogo Cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Nota Técnica** 23 de julho de 2020. Educação: a pandemia da Covid-19 e o debate da volta às aulas presenciais. Disponível em: <<http://contee.org.br/wp-content/uploads/2020/07/DIEESE-NOTA-TEC-244-covid-e-educacao.pdf>>. Acesso em 01 out. 2020.

MBEMBE, Achille. Achille Mbembe: “A era do humanismo está terminando”. Trad. André Langer. In: **IHU online**, 24 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/eventos/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>> Acesso em 23 ago.2020.

MIRANDA, Gabriel. As faces da produção da morte. Liberalismo e necropolítica. Entrevista especial com Gabriel Miranda. In: **IHU online**, 04 mar. 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/596756-as-faces-da-producao-da-morte-liberalismo-e-necropolitica-entrevista-especial-com-gabriel-miranda>> Acesso em 23 ago.2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Alameda, 2020.